

## 4

### **A Comensalidade Aberta de Jesus como Paradigma Eclesial**

A vida de Jesus de Nazaré está marcada pela centralidade do amor de Deus. Em suas atitudes encontramos o Amor de Deus encarnado. Com efeito, seus atos e palavras buscam manifestar o rosto misericordioso do Pai às mulheres e homens de seu tempo. Amor que é traduzido no dom do Reino de Deus que irrompe na história conferindo-lhe significado. Todavia, esta experiência não é sinal de neutralidade. Jesus tem consciência das condições de vida que a maioria de seu tempo vivia. Estas condições estavam, muitas vezes, fundamentadas sobre conceitos da religião. Por isso, mesmo que muitos de seus atos tivessem sentido profundamente religiosos, ressoavam diretamente nos estratos sociais e, de forma concreta, postulavam uma nova imagem de Deus que criticava e modificava as relações sedimentadas na sociedade.

#### **4.1.**

#### **Acolhimento e Restauração à Mesa**

Esta solidariedade de Jesus com os excluídos não passará despercebida. É importante notar que não havia problemas para os seus contemporâneos, mesmo os adversários, em vê-lo realizando milagres ou acolhendo impuros, mas causava sobressaltos indignados sua comensalidade à mesa com pecadores de todos os tipos.

Tal indignação está pautada no sentido que a Mesa possuía dentro da cultura judaica. A refeição na história salvífica de Israel representa um evento social e religioso que assinala a comunhão das pessoas com Deus, já que ela é estabelecida enquanto cada um dos comensais, comendo um pedaço de pão, participa da benção que o dono da casa pronunciou sobre o pão antes de partilhá-lo<sup>132</sup>. Entretanto, esta comunhão também ocorre entre os participantes. Compartilhar da mesa com alguém é assinalar o desejo de compartilhar a própria vida. Nas palavras de José Antonio Pagola:

---

<sup>132</sup> Cf. MIRANDA, M. F. *Igreja e sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009, p.185.

Sentar-se à mesa com alguém é sempre uma prova de respeito, confiança e amizade. Não se come com qualquer um; cada um come com os seus. Compartilhar a mesa quer dizer que se pertence ao mesmo grupo e que, portanto, marcam-se as diferenças em relação a outros. Os gentios comem com os gentios, os judeus com os judeus, os homens com os homens, as mulheres com as mulheres, os ricos com os ricos, os pobres com os pobres. Não se come com qualquer um de qualquer maneira<sup>133</sup>.

É importante apontar que nos setores radicais dos grupos farisaicos os ritos de purificação eram estritamente observados. Os comensais deveriam lavar antes as mãos, excluir os ritualmente impuros e assegurar-se de que haviam pagado o dízimo de todos os alimentos que iriam consumir. Com estas regras, cada grupo se certificava de excluir os “estranhos”, consolidando, assim, sua própria identidade e manifestando sua visão do verdadeiro Israel<sup>134</sup>.

A tradição de que Jesus sentava-se à mesa com pecadores de vários tipos e comia com eles é historicamente confiável e pode ser considerada fora de dúvida<sup>135</sup>. Essas refeições com “pecadores” são um dos traços mais surpreendentes e singulares de Jesus. Talvez, a que mais o diferencia de todos os seus contemporâneos e de todos os profetas e mestres do passado<sup>136</sup>. Os pecadores são seus companheiros de mesa, os publicanos e as prostitutas usufruem de sua amizade. Isto escandaliza, coloca em cheque sua credibilidade, afinal não era considerada uma atitude honrada para um profeta se aproximar destes com o respeito e a empatia que Jesus lhes dispensava. Certamente é um gesto provocador e consciente que origina uma reação contrária imediata. Contudo, a acusação dos seus adversários não o intimida. A mesa aberta a todos e suas implicações são assumidas livremente.

Outro ponto que desperta surpresa e escândalo é que Jesus acolhe os pecadores sem deles exigir previamente o arrependimento e a purificação, tal como deveria ser feito tradicionalmente, e sem submetê-los sequer a um rito penitencial, como havia feito João Batista. Oferece-lhes sua comunhão e amizade como sinal de que Deus os acolhe em seu Reino. Até mesmo antes de voltarem à lei e se integrarem da Aliança. Definitivamente sua atuação era intolerável diante do juízo da autoridade religiosa.

<sup>133</sup> PAGOLA, J. A. *Jesus*. Aproximação Histórica. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010, p.243

<sup>134</sup> Cf. *Ibid.*, p. 243.

<sup>135</sup> GNILKA, J. *Jesus de Nazaré: Mensagem e história*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.105.

<sup>136</sup> PAGOLA, J. *Ibid.*, p.243.

## 4.2.

### As mulheres também estão à mesa.

Outra presença em sua comensalidade que certamente desconcertava seus contemporâneos era a feminina. A relação de Jesus com as mulheres extrapola os limites do “aceitável” em seu tempo. Sua liberdade ao lidar com a mulher e sua postura diante da marginalização desta na família e na sociedade desperta fascínio e desconfiança.

De acordo com J. Jeremias, na sociedade judaica a mulher não participava da vida pública e deveria passar despercebida no convívio social, preferentemente com o rosto coberto<sup>137</sup>. Esta situação era refletida no âmbito familiar, sendo submetidas ao poder dominante dos homens – fosse ele pai ou esposo<sup>138</sup>. Do ponto de vista religioso a mulher não era igual ao homem e deveria se sujeitar as proibições da Torá e a todo rigor da religião civil e penal, onde encontramos, em casos mais extremos, a condenação à pena de morte. Seus direitos eram tão limitados quanto seus deveres<sup>139</sup>.

De um modo geral, as mulheres que se aproximavam de Jesus pertenciam aos níveis mais baixos daquela sociedade<sup>140</sup>. Muitas tinham sido curadas por ele, como Maria de Mágdala.

Provavelmente moviam ao seu redor mulheres não vinculadas a nenhum varão: viúvas indefesas, esposas repudiadas e, em geral, mulheres sozinhas, sem recursos, pouco respeitadas e de fama não muito boa. Havia também algumas prostitutas, considerada por todos como a pior fonte de impureza e contaminação<sup>141</sup>.

Estas mulheres estão entre os indesejáveis que se sentam para comer com Jesus.

A presença destas mulheres na comensalidade aberta certamente era causa de desconforto. Afinal, mulheres desacompanhadas dos homens eram consideradas de fácil acesso para qualquer comensal, sobretudo se não vinham acompanhadas do esposo. Além disso, era comum atribuir aos arrecadadores de

<sup>137</sup> Cf. JEREMIAS, J. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisas de historia econômico-social no período neotestamentário*. 2a ed. - São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p. 473.

<sup>138</sup> Cf. *Ibid.*, p. 474.

<sup>139</sup> Cf. *Ibid.*, p. 491.

<sup>140</sup> Não ignoramos a presença de mulheres de níveis sociais mais altos. Lc 8.

<sup>141</sup> PAGOLA, J. A. *Ibid.*, 260.

impostos a fama de viverem em contato com prostitutas. Também existiam aqueles que dirigiam pequenos bordéis ou forneciam mulheres para os banquetes<sup>142</sup>. Isto não assusta Jesus. Diante de tudo isso a mesa permanece aberta a todas e ainda é possível encontrar uma frase desafiante nos evangelhos: “As prostitutas e os publicanos entrarão primeiro no Reino dos Céus”<sup>143</sup>.

### 4.3.

#### A comensalidade em parábolas

Um traço inconfundível na pedagogia de Jesus para o anúncio do Reino é a utilização de parábolas. Jesus não está apegado a rebuscados conceitos teológicos ou filosóficos; não utiliza a linguagem cultual do templo e nem discorre sobre ideias abstratas. Ele recorre à simplicidade de uma narrativa que aponta, através de imagens comuns a todos, para a presença amorosa de Deus. Ou seja, comunica nas imagens cotidianas a experiência que vive do Amor do Pai. Dessa maneira ele obrigava todos a considerarem, sob outro ponto de vista, os próprios hábitos, os costumes, o mundo, a própria vida. Segundo Schillebeeckx:

Há um elemento de seriedade existencial na banalidade da parábola: esconde dentro da vida humana cotidiana neste mundo um apelo mais profundo. Parábolas não apontam para outro mundo acima deste, mas para outra possibilidade dentro deste nosso mundo, para uma possibilidade real de vermos e vivermos a vida e o mundo de maneira bem diferente do que se costuma fazer<sup>144</sup>.

Assim, diante das possibilidades, a parábola permanece “aberta”, até que o ouvinte escolha qual mundo vai assumir. No caso de Jesus, decidindo-se contra ou a favor de sua proposta do Reino.

---

<sup>142</sup> Cf. *Ibid.*, p. 261.

<sup>143</sup> Mt 21,31.

<sup>144</sup> SCHILLEBEECKX, E. *Jesus: a história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008, p.151.

#### 4.4.

#### Parábolas sobre o Reino de Deus a partir da comensalidade

A comunhão de mesa também é encontrada nas parábolas de Jesus. Ela é encontrada revelando seu sentido escatológico, como referência ao Reino de Deus<sup>145</sup> e, da mesma forma, pode ser entendida como denúncia da exclusão dos pobres da “mesa social”<sup>146</sup> e a decisiva atuação misericordiosa de Deus a seu favor.

Seguindo a reflexão proposta neste capítulo, analisaremos o sentido da mesa na parábola designada comumente como “o mau rico e o pobre Lázaro” encontrada no Evangelho de Lucas e sua profunda ligação com a atitude de Jesus de abrir o convívio de sua mesa à todos e todas que queiram participar, principalmente aos excluídos de seu tempo.

##### 4.4.1.

#### Uma parábola desconcertante: O mau rico e o pobre Lázaro

<sup>19</sup>Havia um homem rico que se vestia de púrpura e linho fino e cada dia se banqueteava com requinte. <sup>20</sup>Um pobre, chamado Lázaro, jazia à sua porta, coberto de úlceras. <sup>21</sup>Desejava saciar-se do que caía da mesa do rico... E até os cães vinham lambê-lo as úlceras. <sup>22</sup>Aconteceu que o pobre morreu e foi levado pelos anjos ao seio de Abraão. Morreu também o rico e foi sepultado. <sup>23</sup>Na mansão dos mortos, em meio a tormentos, levantou os olhos e viu ao longe Abraão e Lázaro em seu seio. <sup>24</sup>Então exclamou: ‘Pai Abraão, tem piedade de mim e manda que Lázaro molhe a ponta do dedo para refrescar minha língua, pois estou torturado nesta chama’. <sup>25</sup>Abraão respondeu: ‘Filho, lembra-te de que recebeste teus bens durante tua vida, e Lázaro por sua vez os males; agora, porém, ele encontra aqui consolo e tu és atormentado. <sup>26</sup>E além do mais, entre nós e vós existe um grande abismo, a fim de que aqueles que quiserem passar daqui para junto de vós não o possam, nem tampouco atravessem de lá até nós.’ <sup>27</sup>Ele replicou: ‘Pai, eu te suplico, envia então Lázaro até à casa de meu pai, <sup>28</sup>pois tenho cinco irmãos; que leve a eles seu testemunho para que não venham eles também para este lugar de tormento’. <sup>29</sup>Abraão, porém, respondeu: ‘Eles têm Moisés e os Profetas; que os ouçam. <sup>30</sup>Disse ele: ‘Não, pai Abraão, mas se alguém dentre os mortos for procurá-los, eles se arrependerão’. <sup>31</sup>Mas Abraão lhe disse: ‘se não escutam nem a Moisés nem aos Profetas, mesmo que alguém ressuscite dos mortos, não se convencerão (Lc 16,19-31).

<sup>145</sup> Cf. Mt 22,1-14; Lc 14,16-24.

<sup>146</sup> Lc 16,19-31.

#### 4.4.1.1.

#### O luxo e a miséria: contrastes, distância e exclusão

A parábola não se contenta em apontar apenas uma situação, mas ressalta, através de uma descrição pormenorizada, a enorme distância que ocorre entre os dois personagens. Assim, encontramos um homem muito rico que se revestia de púrpura e linho. Tudo indica um gosto requintado, com o tecido característico dos trajes reais. Organiza festas todos os dias e não apenas em celebrações especiais. O texto também não receia destacar que as coisas se passam “brilhantemente, com fausto, com esplendor”, utilizando o advérbio raro que só se encontra aqui na bíblia: *lampros*<sup>147</sup>.

Depois disso a parábola apresenta imediatamente Lázaro<sup>148</sup>, o que enfatiza ainda mais o contraste. Estamos diante da miséria extrema. O homem está coberto de úlceras, deitado no chão e é acompanhado por cachorros que lambem suas feridas. Excluído da comensalidade, anseia alcançar o que cai da mesa, mas a parábola parece sugerir que não consegue.

Após a morte, uma inversão é estabelecida: Lázaro é acolhido no seio de Abraão e o rico vai para um lugar de tormentos. A fórmula “no seio de”, que o Antigo Testamento utiliza eventualmente para exprimir a ideia de proximidade e intimidade, é também conhecida da literatura profana como designação do lugar de honra em uma refeição<sup>149</sup>. Dessa maneira, o paralelismo inverso é mantido entre o antes e o depois: à situação de Lázaro, mantido à distância da mesa do rico, e cuja miséria é evocada pela menção da súlceras e pela presença dos cães, corresponde ao rico, mantido à distância do banquete de Lázaro e cuja situação é apresentada pela menção dos tormentos.

De maneira inquietante, ao fundo da parábola, ocorre um profundo silêncio sobre a conduta dos personagens. Não são mencionadas as boas obras de Lázaro ou os procedimentos corruptos do rico para justificar a inversão na pós-morte. Há apenas uma situação que é observada por Deus: a insignificância do pobre. A parábola desmascara a injustiça de uma sociedade ao permitir a

<sup>147</sup> Cf. GOURGUES, Michel. *As parábolas de Lucas. Do contexto às ressonâncias*. Trad. Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2005, p.156.

<sup>148</sup> “Lázaro”, em hebraico “El’ azar”, significa: “Deus socorreu” (As parábolas de Lucas, 157). Importante ressaltar que Lázaro é o único personagem das parábolas de Jesus que possui nome.

<sup>149</sup> Cf. *Op.cit.*, p. 158.

exclusão de pessoas da possibilidade de participação da “mesa social”. Portanto, a “mesa” cumpre seu papel na parábola e designa o tipo de atitude rejeitada por Deus. Afastado da mesa, Lázaro é afastado da possibilidade de uma existência digna<sup>150</sup>, ou pelo menos, da satisfação de suas necessidades mais básicas, como a fome. A perda da dignidade de Lázaro provoca a inflexível defesa de Deus e, conseqüentemente, a sua entrada no banquete festivo do Reino.

Assim, Jesus apresenta um Deus que toma a defesa do pobre, do sofredor, do que passa fome e isso vai além de suas disposições morais. Mas tal atitude só pode ser entendida a partir da predileção amorosa do Deus do Reino. A parábola permanece, por isso, fiel à bem-aventurança anunciada por Jesus: “Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus”<sup>151</sup>.

Esta parábola pode ser vislumbrada inversamente na comensalidade com Jesus, onde, diferentemente da experiência do rico, a mesa permanece aberta para que todos e todas possam inserir-se de forma digna na convivência salvífica do Reino. Isto incidirá fortemente na possibilidade de retomada da própria significância existencial, tão violentada pelas normas que estabeleciam a separação entre classes sociais ou âmbitos religiosos. Na mesa do Reino era possível encontrar vários “Lázaros” e “Lázaras” que descobriam “no seio” de Jesus sentido para a própria vida.

#### 4.5.

#### **Normas de etiqueta à mesa do Reino: uma inversão social**

Na experiência cotidiana é, sobretudo, à mesa que também se sente o contraste entre os poderosos, que se deitam à mesa para serem servidos, e os escravos e as mulheres que devem servi-los. Com este cenário, não é por acaso que Jesus estabelece novas “normas de etiqueta” para a mesa do Reino. Estruturando, por sua vez, novas posturas sociais. Não estamos diante de um “ethos universal” ou mesmo de uma “religião civil”, mas de uma ética

<sup>150</sup> A menção da companhia que os cachorros lambendo suas feridas destaca a total desumanização de Lázaro. Cf. Mt 7,6; Dt 23,19.

<sup>151</sup> Cf. Lc 6,20.

específica daqueles que sentam-se à mesa com Jesus<sup>152</sup>. A partir destas “normas de etiqueta” a mesa aponta para um Reino com densidade e configuração próprias:

Quando alguém te convidar para uma festa de casamento, não te coloques no primeiro lugar; não aconteça que alguém mais digno do que tu tenha sido convidado por ele, e quem convidou a ti e a ele venha te dizer: ‘Cede-lhe o lugar’. Deverás, então, todo envergonhado, ocupar o último lugar. Pelo contrário, quando fores convidado, ocupa o último lugar, de modo que, ao chegar quem te convidou, te diga: ‘Amigo, vem mais para cima’. E isso será para ti uma glória em presença de todos os convivas. Pois todo aquele que se exalta será humilhado, e que se humilha será exaltado<sup>153</sup>.

Noutro momento, as normas para o anfitrião também são re-estabelecidas. A atitude central da etiqueta do Reino é a universalidade do convite. Contudo, como visto anteriormente, quando relativos ao Reino anunciado por Jesus, universalidade e predileção caminham juntos. Portanto, uma das normas de etiquetas mais caras à Mesa do Reino é a inclusão daqueles que, em condições normais, não seriam lembrados:

Ao dares um almoço ou jantar, não convides teus amigos, nem teus irmãos, nem teus parentes, nem os vizinhos ricos; para que não te convidem por sua vez e te retribuam do mesmo modo. Pelo contrário, quando deres uma festa, chama pobres, estropiados, coxos, cegos; feliz serás, então, porque eles não têm com que retribuir. Serás, porém, recompensado na ressurreição dos justos<sup>154</sup>.

Ao contrário da atitude comum, onde primeiramente se privilegiava os que possuíam condições iguais<sup>155</sup>, o anfitrião é chamado a “abaixar-se” para “elevar”. Desse modo, a mesa é vivida como lugar privilegiado de expressão da gratuidade do Reino. Gratuidade que primeiro é experimentada por quem convida e depois é estendida na solidariedade. O anfitrião não deve buscar vantagens ou status, mas abrir-se à possibilidade de uma relação inclusiva com todos, principalmente com os mais pobres.

Com isso, a *comensalidade de comunhão estabelecida por Jesus desdobra-se, a partir de seu simbolismo, na ética do Reino de Deus*. Assim como a mesa aberta que ele inaugura supera as diferenças religiosas, sociais e

<sup>152</sup> Cf. LOHFINK, G. *Deus precisa da Igreja?* Teologia do povo de Deus. São Paulo: Loyola, 2008, p.318.

<sup>153</sup> Lc 14,8-11.

<sup>154</sup> Cf. Lc 14, 12-14.

<sup>155</sup> Lc 14, 16-24.

de gênero com todos sentados ao redor de uma mesa comum, da mesma forma o Reino deve ser construído. Num primeiro momento parece-nos estar diante de normas sem sentido para as tradições culturais de qualquer tempo. Entretanto, a partir da etiqueta da mesa, Jesus aponta para os comportamentos adequados ao Reino e que devem ser parâmetros para a construção da comunidade eclesial. Porém, tanto para seu tempo quanto para o nosso, tal “etiqueta” promove uma profunda e desconcertante inversão de valores e perspectivas.

Esta inversão é estabelecida no momento em que a mesa transforma-se em lugar de comunhão e acolhimento mútuo. Sentados à mesa, todos são iguais. E, ao contrário do que se possa pensar, o lugar mais cobiçado deve ser o último, o lugar daquele que serve. Isto é sublinhado na narrativa joanina do “lava pés”: “Se, portanto, eu, o Mestre e o Senhor, vos lavei os pés, também deveis lavar-vos os pés uns aos outros”<sup>156</sup>. Os desejos de posição e status permeiam o imaginário de todos. É importante notar que Jesus preocupa-se em dotar com um conteúdo concreto a conduta dos participantes da Mesa do Reino: “Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes tiranizam. Entre vós não será assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor”<sup>157</sup>.

#### 4.6.

#### **A sacramentalidade da mesa: perdão e reconciliação**

A atitude de Jesus é desconcertante. Sua mesa está aberta a todas e todos. Não há exclusões, nem divisões, não é preciso ser puro, nem limpar as mãos. Com Ele a *comensalidade à mesa torna-se sacramento do Reino*, desvelando-o a partir de uma ótica de inclusão: pecadores, fariseus, mendigos, enfermos, pessoas indesejáveis, prostitutas... E, por isso mesmo, em sua sacramentalidade, esta comensalidade de comunhão transforma-se em fonte de reconciliação e perdão.

O sentido sacramental da mesa impede que possamos reduzir sua relevância apenas aos pertinentes apontamentos acerca do desnível sócio-

---

<sup>156</sup> Jo 13,14

<sup>157</sup> Mc 10,42-43.

religioso. A comunhão de mesa é expressão concreta da mensagem de Jesus. Por isso, torna-se, enquanto ato imanente-transparente, em símbolo do Reino. A Mesa possui e configura-se a partir de sua dimensão escatológica. Estes momentos transformam-se em,

Celebrações antecipatórias do banquete salvífico do fim dos tempos (Mt 8,11), nas quais já agora se representa a comunidade dos santos (Mc 2,19). A inclusão dos pecadores na comunidade salvífica, realizada na comunhão de mesa, é a expressão mais palpável da mensagem do amor redentor de Deus<sup>158</sup>.

Na sacramentalidade da mesa, encontramos conjugados os aspectos centrais da experiência salvífica onde o Chronos e o Kairós<sup>159</sup> se entrelaçam. Ela aponta, sobretudo, para a salvação. Aqui, a atitude é mais reveladora que as palavras. As refeições com Jesus adquirem significado sacramental exatamente porque nela é experimentada a acolhida de Deus em seu Reino. Através da convivência festiva com Jesus, as pessoas, que até então eram discriminadas por sua própria sociedade, sentem-se livres da vergonha e da humilhação, resgatados da marginalização e aceitos como amigos. Na Mesa do Reino sentem-se acolhidos e incluídos na amizade com Deus e, concomitantemente, no convívio social. Por isso, o perdão e a reconciliação são vividos a partir da igualdade para todos.

#### 4.7.

#### **Uma Igreja em movimento: *Metanóia e Kênosis***

Dessa forma, a própria comensalidade, sendo um comer juntamente com Jesus, é no presente, oferta e sacramento da salvação escatológica. Os casos em que o próprio Jesus atua como anfitrião<sup>160</sup> frisam mais ainda que ele toma a iniciativa dessa mensagem escatológica. A mesa, com ele, se torna uma profecia em ação<sup>161</sup>. Com isso, sua praxe outra coisa não é senão a praxe do Reino de Deus que anuncia.

Ação e anúncio se entrelaçam, conferindo contornos à própria vida de Jesus e, conseqüentemente, ao Reino. Este movimento irá configurar a postura

<sup>158</sup> JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Teológica; Paulus, 2004, p.186.

<sup>159</sup> Sobre estes termos ver: 2º capítulo.

<sup>160</sup> Cf. SCHILLEBECKX, E. *Jesus: a história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008, p.206

<sup>161</sup> Cf. *Ibid.*, p.210.

da comunidade cristã. Suas atitudes estarão vinculadas à própria missão e só a partir dela ganharão sentido. Assim, a Igreja não existe para si, mas para sua missão. Esta missão consiste em atualizar, através de seu anúncio e testemunho, a mensagem de Jesus na força do Espírito. Portanto, não é fim em si mesma e só se justifica a partir daquilo que anuncia, ou seja, à luz do Reino de Deus.

A vocação missionária é parte estruturante da identidade da Igreja. Entretanto, atualmente, tal vocação percebe-se interpelada por uma sociedade marcada por constantes transformações: globalização, mudança do paradigma cultural, aumento da pobreza etc. É neste novo espaço sócio-cultural que a Igreja deve inserir-se em busca de uma maneira mais eficaz de transmitir a Boa Nova aos homens e mulheres de hoje. Para isso, deve estar atenta aos sinais dos tempos, adotando uma postura de abertura e discernimento diante das mudanças paradigmáticas que impulsionam a sociedade. Neste movimento, é necessário que a realidade seja assumida, conhecida e vivida para que a palavra proferida pela comunidade eclesial torne-se compreensível aos seus contemporâneos.

Linguagem, configuração estrutural, instituição, credibilidade... Os questionamentos são múltiplos. Assim como também devem ser múltiplas as respostas. Porém, tais respostas não podem ser meras repetições de um passado distante, o que, lamentavelmente, conduz, invariavelmente, a um fundamentalismo eclesiológico, mas devem encontrar neste passado alicerces para a construção de novas pontes de contato com a sociedade. Por isso a Igreja insere-se, constantemente, como demonstra sua história, mesmo no período “mono cultural” da cristandade, entre a tensão da aventura do novo ou o refúgio nas obsoletas seguranças.

Em nossa opinião, para que a palavra eclesial possa ser realmente relevante atualmente, de nada valem nostalgias restauradoras ou pretensões de totalidade ideológica, tributárias da mentalidade triunfal da cristandade. É claro que na busca por novas respostas, impõe-se salvaguardar a autenticidade da própria identidade, mantendo-se fiel ao núcleo de sua fé. Contudo, a fidelidade à missão não se exerce a partir do medo, mas sim a partir da criatividade da fé. A coragem de renovação é a única garantia de futuro. Caso contrário a Igreja levantará os muros do próprio isolamento, condenando-se a repetir o passado,

tornando, assim, sua mensagem ininteligível aos homens e mulheres de seu tempo<sup>162</sup>. O medo paralisa o caminho da vida eclesial. Aprisionada ao passado a Igreja sofre a tentação de não participar do presente, abstenendo-se do futuro, por isso necessita “re-fundar-se” colocando-se em constante “*metanóia*”.

Linguagem medieval, estruturas congeladas, configuração obsoleta... Se o medo pode conduzir à negação do futuro, a evasão é negação do presente. A “*metanóia*” da Igreja deve ocorrer numa história humana marcada por toda sua complexidade. É necessária ousadia para realizar sua “*kênosis*”. Apenas assim a Igreja conseguirá desprender-se do peso secular de uma postura triunfal para inserir-se concretamente no interior da sociedade, como propôs o Concílio Vaticano II e em seus passos as conferências episcopais latino-americanas.

Como já assinalamos no primeiro capítulo, a proposta do Vaticano II foi assimilada pela Igreja latino-americana que, através de um olhar crítico, mediante o uso das ciências sociais, buscou inserir-se em sua realidade e percebeu-se diante da angustiante situação de insignificância e espoliação da maioria da população de nosso continente. Esta percepção levará a um movimento constante – às vezes mais acentuado, às vezes menos – de desenvolvimento de uma eclesiologia que busque defender a vida do pobre. Dentro deste contexto surge a expressão Opção Preferencial pelo Pobre. Apesar das leituras e re-leituras, esta opção não possui cunho exclusivista, como alguns desconfiaram, mas assinala e restabelece uma predileção bíblica.

#### 4.8.

#### **Uma eclesiologia a partir da “Mesa do Reino”**

Diante destas interpelações se torna necessário encontrar meios de ação adequados para que a Igreja, sacramento do Reino, continue visibilizando-o na precariedade do presente. A partir de sua missão, a partir de onde a comunidade eclesial auto-compreende-se, impõe-se uma nova auto-percepção da Igreja – na fidelidade à realidade presente e à experiência de sua identidade; porém, o “como fazer” exige mudança e, muitas vezes, inseguranças, pois incidirá diretamente na configuração de suas estruturas para que estas possam

---

<sup>162</sup> BRIGHENTI, A. *A Igreja perplexa: as novas perguntas, novas respostas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p.119.

ser suporte ao anúncio e, conseqüentemente, impulsionem sua transparência sacramental.

A partir disso, de acordo com este trabalho, a “Mesa do Reino” vivida por Jesus de Nazaré transforma-se em paradigma concreto para a eclesialidade. Todavia, este paradigma não atinge apenas a estrutura eclesial, mas, também, deve interpelar a atitude dos cristãos diante da construção do Reino. De acordo com Mário de França Miranda:

Tudo deve contribuir para que ela deixe transparecer o Reino de Deus. Também suas instituições e estruturas devem estar a serviço da ação salvífica do Espírito de Cristo. Mas, sobretudo, ela é sacramento por meio da vida de seus membros, na qual a vida mesmo de Jesus Cristo se torna presente e atuante, na qual a ação salvífica do Espírito se revela acolhida e fecunda. Portanto, sinal que não só remete ao Reino, que virá em plenitude, mas sinal do reino que já é uma realidade atual<sup>163</sup>.

#### 4.9.

#### **Comensalidade aberta: Experiência de Comunhão inclusiva**

Num primeiro momento os termos comunhão e inclusão podem parecer sinônimos, ou mesmo correlativos, e, muitas vezes, são. Afinal, pode a comunhão ser excludente? Uma resposta mais apressada negaria esta possibilidade. Contudo, diante da ambigüidade que o conceito pode apresentar é possível encontrar restrições normativas para o estabelecimento de determinado tipo de comunhão. Por exemplo, a Mesa de Qumran determinava que apenas os “puros” poderiam tomar parte nela<sup>164</sup>. Aqui estamos diante de uma comunhão restritiva. Da mesma forma ocorria na sociedade de Jesus – e porque não seguir afirmando que também na nossa? - onde ricos ceavam com ricos, pobres com pobres, homens com homens etc. Porém, seguindo a experiência da comensalidade aberta de Jesus de Nazaré para uma eclesiologia atual, os conceitos de comunhão e inclusão alargam-se e constituem molas impulsionadoras para o pensar e agir eclesial. Por questões metodológicas buscaremos expô-los separadamente.

<sup>163</sup> MIRANDA, M. F. *A Salvação de Jesus Cristo*. A doutrina da Graça. São Paulo: Loyola, 2004, p. 239.

<sup>164</sup> Cf. PAGOLA, J. A. *Jesus*. Aproximação Histórica. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010, p. 260.

#### 4.10.

#### O sentido da mesa do Reino na comunhão eclesial

A utilização do termo “comunhão” pela Igreja tem seu fundamento nos textos neotestamentários. Sobretudo, mediante a expressão “comunhão do Espírito Santo”<sup>165</sup> que designa a comunhão comunitária vivida a partir da participação de todos na vida do Espírito.

Daí esse termo caracterizar uma relação com Deus e com os demais fiéis, própria da comunidade cristã, realizada por meio da ação do único e mesmo Espírito, presente e atuante em Cristo e nos fiéis e na comunidade<sup>166</sup>.

O sentido e a busca da comunhão tornaram-se um tema caro à Igreja. De acordo com o Documento de Aparecida: “A Igreja, como ‘comunidade de amor’ é chamada a refletir a glória do amor de Deus, que é comunhão, e assim atrair as pessoas e os povos para Cristo”<sup>167</sup>. E mais:

A Igreja é comunhão no amor. Esta é sua essência e o sinal através do qual é chamada a ser reconhecida como seguidora de Cristo e servidora da humanidade. O novo mandamento é o que une os discípulos entre si, reconhecendo-se como irmãos e irmãs, obedientes ao mesmo Mestre, membros unidos à Cabeça e, por isso, chamados a cuidarem uns dos outros (1Cor 13; Cl 3,12-14)<sup>168</sup>.

Esta comunhão implica respeito às diferenças e diversidade de carismas e por isso está profundamente vinculada à missão<sup>169</sup>.

Ora, essa comunhão possui em seu interior dois aspectos: o invisível e o visível. O invisível refere-se ao divino. A Igreja é comunhão pelo seu laço com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. De certa forma, ela expressa participação na vida trinitária sendo fonte e sentido para seu aspecto visível. No visível encontramos o aspecto humano da Igreja: sacramentos, Palavra de Deus, ministérios da comunidade eclesial etc. Sem o aspecto visível a comunhão eclesial perde sentido, desencarna-se e assume contornos etéreos, aludindo constantemente a uma invisibilidade inacessível.

---

<sup>165</sup> 2Cor13,13.

<sup>166</sup> MIRANDA, M. F. *A Igreja numa sociedade fragmentada*. Escritos Eclesiológicos. São Paulo: Loyola, 2006, p. 69.

<sup>167</sup> DAp 155.

<sup>168</sup> *Ibid.*, 161.

<sup>169</sup> Cf. *Ibid.*, 162 - 163.

Porém, a ambiguidade do aspecto visível traz consequências para a sinalização da comunhão eclesial. Esta ambiguidade abarca toda a realidade da comunidade eclesial possibilitando uma leitura deturpada desta noção. Segundo J. Comblin:

Pode haver uma comunhão vertical e outra horizontal. A comunhão vertical é a feita pela hierarquia: resulta da aceitação comum dos dogmas e das verdades assimiladas aos dogmas, da recepção dos sacramentos e da submissão à hierarquia, especialmente ao papa. A comunhão consiste na comum submissão ao papa. Então, a comunhão significa estar em comunhão com o papa – mas quem decide tudo é exclusivamente o papa. Ele diz quem está em comunhão com ele ou não<sup>170</sup>.

Evidentemente não há neste trabalho a pretensão de negar a possibilidade desta visibilidade estar marcada pela contradição humana, mas pretendemos apresentar, a partir da Mesa do Reino estabelecida por Jesus, critérios para o discernimento e construção desta realidade de comunhão.

#### **4.11.**

##### **A partir da mesa: a catolicidade da comunhão.**

Como visto anteriormente, na cultura judaica a “comer juntos” expressa o desejo de comunhão de vida. No entanto, esta comunhão era estabelecida de acordo com parâmetros sócio-religiosos. Não se trata de uma comunhão aberta, mas circunscrita, limitada e excludente, constrói, dessa forma, barreiras e divisões entre as pessoas. Jesus, através de sua comensalidade, alarga o horizonte da mesa. Ela não está mais limitada por diferenças sociais ou mesmo por normas religiosas. A comunhão é estabelecida com todos e todas, sem distinção. Esta igualdade está fundamentada na experiência do Deus Reino. Com efeito, no banquete escatológico não haverá distinções. Ou melhor, no Reino, os excluídos da comunhão de mesa serão os “convidados de honra”.

A partir daí a mesa deve ser estruturada para que todos e todas possam dela participar. Novamente aqui o visível é sinal e realização do invisível. Sentados à mesa não há estratificações. Todos são convidados. Dessa forma, todos se sentem responsáveis e iguais. Esta equidade não se dá apenas no nível teórico, mas é parte constitutiva da verdadeira experiência de comunhão.

<sup>170</sup> COMBLIN, J. *O povo de Deus*. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2002, p. 129.

A pergunta é inevitável: seria possível uma configuração eclesial de iguais? No nível teórico a resposta é sempre positiva. O Concílio, rompendo com o “hierarquismo” que predominava, acena para esta realidade ao abordar o tema:

Um só é, pois, o Povo eleito de Deus: ‘um só Senhor, uma só fé, um só batismo’; comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição, uma só salvação, uma só esperança e indivisa caridade. Nenhuma desigualdade, portanto, em Cristo e na Igreja, por motivo de etnia ou de nação, de condição social ou de sexo, porque ‘não há judeu nem grego, escravo nem homem livre, homem nem mulher: com efeito, em Cristo Jesus, todos vós sois um só’<sup>171</sup>.

Ecoss desta iniciativa conciliar de comunhão alimentarão os textos das conferências episcopais latino-americanas. O documento de Aparecida irá reafirmar esta perspectiva:

Todos os batizados e batizadas da América Latina e do Caribe, ‘através do sacerdócio comum do Povo de Deus’, somos chamados a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade, pois ‘a evangelização é um chamado à participação da comunhão trinitária’<sup>172</sup>.

Porém a Mesa do Reino é concretude paupável, assim como a comunhão eclesial deve ser. O nível teórico, apesar de importante, precisa ser manifesto na realidade cristã. Neste ponto encontramos as maiores dificuldades.

Com estruturas sedimentadas no interior da cristandade, os papéis eclesiais são construídos, ainda, delimitados por uma construção piramidal. Estas construções impossibilitam a maior participação de todos na Igreja, visto que esta é organizada piramidalmente. A hierarquia, mesmo que tenha tentado uma hermenêutica diferenciada a partir do Concílio, continua sendo o pilar normativo da organização e da vida eclesial.

No entanto, não há neste horizonte de mudanças estruturais, na maioria dos casos, a intenção de demonizar a hierarquia ou as instituições eclesiásticas. A necessidade de revisão e, se preciso, transformação da configuração eclesiástica é um imperativo de sua missão. Com efeito, indiscutivelmente, a comunidade eclesial sempre buscou na sociedade modelos estruturais que

---

<sup>171</sup> LG 32.

<sup>172</sup> DAp 157.

orientassem a organização institucional da Igreja<sup>173</sup>. Dessa maneira, formas históricas que expressaram durante determinado período a identidade e a missão da Igreja, em novos contextos, podem, sem a devida revisão crítica, constituírem um determinado tipo de obstáculo para o anúncio e o testemunho eclesial.

Porém, a partir da Mesa do Reino, a “inversão” estrutural para uma comunhão participativa necessita ser desenvolvida. Convém ressaltar que não estamos diante de uma inversão de poder, mas adentramos na esfera da visibilidade da comunhão. Afinal, diante de uma sociedade democrática, onde os cidadãos são cada vez mais conscientes de seu protagonismo, uma estrutura de cunho monacal transforma-se em contradição prática. Esta reforma estrutural é novamente destacada na Conferência de Aparecida:

A renovação das paróquias no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capazes de articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão<sup>174</sup>.

Assim, para que a configuração eclesial esteja mais próxima da experiência da Mesa do Reino, é preciso reconhecer que todos os membros da Igreja, através do impulso do Espírito, são agentes responsáveis em sua fé. Isto é, devem ser oferecidas condições para o desenvolvimento da responsabilidade pessoal no seio da comunidade, respeitando a diversidade carismática.

#### **4.12.**

#### **Uma comunhão local e universal**

Como visto anteriormente, da comunhão com Deus nasce a comunhão dos fiéis. Tal comunhão é vivida, sobretudo, no seio da comunidade eclesial onde a fé é assumida e expressa. Esta expressividade da fé é fundamental no desenvolvimento consistente da identidade eclesial. Sem uma expressividade real não há relação entre o sujeito histórico e a comunidade onde ele está inserido.

---

<sup>173</sup> MIRANDA, M. F. *Igreja e sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009, p.168.

<sup>174</sup> DAp 172.

Partindo da expressividade da fé, emerge a necessidade da mediação cultural, que só será possível através da abertura ao novo em prol do anúncio do Reino. “O Evangelho só será entendido como tal na medida em que conseguir e plasmar na cultura dos que o ouvem”<sup>175</sup>. E neste sentido uma Igreja massificada não será capaz de comunicar a fé, assumindo criticamente a cultura que lhe permeia, e com isso estabelecer uma comunhão verdadeira entre seus fiéis. Dentro deste contexto, podemos afirmar que esta comunhão de raiz bíblica e apontada como construção para a eclesiologia, através dos textos conciliares, desemboca numa experiência eclesial que prioriza a inserção comunitária. Com efeito, a comunhão suscita que as mudanças estruturais sejam estabelecidas, porém ela precisa estar sedimentada na experiência dos sujeitos eclesiais.

Neste contexto a concepção correta de Igreja local<sup>176</sup> é imprescindível para uma concreta inserção cultural:

Desse modo cada Igreja local deverá ser um exemplo de fé inculturada, de um cristianismo vivido em um contexto sociocultural, que acabará por lhe proporcionar certa diversidade. Essa diversidade juntamente com a peculiaridade das demais Igrejas constitui a riqueza da catolicidade da Igreja universal (LG 13)<sup>177</sup>.

A sacramentalidade da Igreja só existe “na” e “pelas” Igrejas locais<sup>178</sup>.

Claro deve estar que acentuar a importância da Igreja local não significa relativizar o sentido de sua catolicidade. A Igreja universal não consiste na soma ou na confederação das Igrejas locais<sup>179</sup>. Mas é na comunhão entre as Igrejas locais que a universalidade eclesial está presente e atuante. De acordo

<sup>175</sup> MIRANDA, M. F. *A Igreja numa sociedade fragmentada*. Escritos Eclesiológicos. São Paulo: Loyola, 2006, p. 86.

<sup>176</sup> De acordo com Mario de França Miranda: “Encontramos nos textos do Concílio Vaticano II a expressão “Igreja Particular” (designando especialmente dioceses) como o termo “Igreja local” (designando dioceses, patriarcados e também comunidades em torno da eucaristia). Não houve por parte do Concílio uma precisão maior desses termos. O Novo Código de Direito Canônico preferiu a expressão “Igreja particular” para designar a dioceses, fato este lamentado por bons eclesiólogos, que preferem falar de “Igreja local”. De fato a raiz do termo “particular” é *parte*, o que pode gerar uma compreensão errada da Igreja local como se esta fosse parte da Igreja universal, estando sua universalidade fora dela mesma e evocando assim a noção de uma Igreja universal abstrata e falsa.” Por isso, seguindo as indicações do autor, assumimos preferencialmente o termo “Igreja local”. Cf. *Ibid.*, p. 71-72.

<sup>177</sup> *Ibid.*, 74.

<sup>178</sup> Cf. *Ibid.*, p. 75.

<sup>179</sup> Cf. *Ibid.*

com o Concílio, a universalidade e a “localidade” eclesial não são distintas<sup>180</sup>, mas entrelaçam-se de tal forma que não há Igreja local sem a Igreja universal, assim como não ocorre universalidade sem a devida expressividade local.

Portanto, uma “Eclesiologia da Mesa” desdobra-se em uma perspectiva de comunhão eclesiológica que prioriza, essencialmente, a igualdade entre os homens e as mulheres de fé. Reconhece todos fiéis como protagonistas desta comunhão que, guiados pelo Espírito, inserem-se na comunidade e, a partir dela, co-respondem, de forma ativa e participativa, aos questionamentos provenientes da sociedade de seu entorno.

#### 4.13.

#### **Comunhão inclusiva: a opção pela insignificância**

No interior da “comensalidade aberta” estabelecida por Jesus encontramos e denúncia da exclusão social e seu enfrentamento. A resistência que a comunhão de mesa com os pecadores provoca e sua inflexível defesa revelam que esse sinal não significa apenas reconciliação e solidariedade momentânea, mas, também, luta e disposição para assumir riscos.

Outro aspecto que a Mesa do Reino traz para a eclesiologia atual é o fato de que todos podem sentar-se com Jesus. Isto constitui um decisivo ato profético que coloca em cheque os costumes de uma época. Estamos diante de uma mesa onde as desigualdades são superadas para que esta comunhão possa ser verdadeiramente sinal do Reino. À Mesa do Reino não encontramos discriminações, exclusões, legalismos, mas convite, acolhida, solidariedade. Assim, a comunhão que daí haurimos vai além do ato de estabelecer uma convivência pacífica no interior da comunidade, através de normas e estruturas. Esta comunhão é ato concreto de ruptura com situações que marginalizam e violentam a vida humana. A Igreja é interpelada no seu comportamento. Chamada a ser “sinal de possibilidade” para a sociedade.

Nesse sentido, a Mesa do Reino estabelecida por Jesus é desconcertante. Desafia o tempo e emerge no interior da própria tradição eclesial como ponto de partida para o discernimento estrutural e juízo para sua práxis. Este aspecto

---

<sup>180</sup> Cf. CD 11.

solidário da Mesa já era percebido pelas primeiras comunidades cristãs como ilustra o relato lucano em Atos<sup>181</sup>, mas, sobretudo, no testemunho paulino, já em contexto litúrgico e mais antigo que o texto de Lucas, é onde o vínculo entre comensalidade e comunhão fica mais evidente:

Dito isto, não posso louvar-vos: vossas assembléias, longe de vos levar ao melhor, vos prejudicam. Em primeiro lugar, ouço dizer que, quando vos reunis em assembléia, há entre vós divisões e, em parte, o creio. É preciso que haja até mesmo cisões entre vós, a fim de que se tornem manifestos entre vós aqueles que são comprovados. Quando pois vos reunis, o que fazeis não é comer a Ceia do Senhor; cada um se apressa por comer a sua própria ceia e, enquanto um passa fome, o outro fica embriagado. Não tendes casas para comer e beber? Ou desprezais a Igreja de Deus e quereis envergonhar aqueles que nada têm? Que vos direi? Hei de louvar-vos? Não, neste ponto não vos louvo (1Cor 11, 17-22).

Neste texto, a divisão da comunidade é causada pela falta de solidariedade entre os participantes. “A ‘divisão’ da assembléia (11,18) não era causada pelo fato de alguns chegarem mais tarde, mas pelo fato de os ricos comerem melhor do que os pobres durante a celebração comum”<sup>182</sup>. Ocorre um “individualismo sacramental” independente da experiência comunitária e do cuidado com o próximo. Os pobres participavam da ceia eucarística, entretanto, pela própria situação social, sua parte na ceia era desigual<sup>183</sup>. Esta desigualdade é denunciada pelo apóstolo, que enxerga nisso um ato vergonhoso que toca os pobres e, conseqüentemente, o real sentido da mesa eucarística.

#### 4.14.

#### E hoje...

Como já foi assinalado, o desafio do combate à pobreza decorre do contexto em que a Igreja se insere, porém, indo mais fundo, este combate tem como fonte a auto-revelação divina. A Igreja pós-conciliar não pretende apenas escutar os sinais dos tempos, também quer assumir uma atitude de

<sup>181</sup> Cf. Atos 2,42-47.

<sup>182</sup> LOHFINK, G. *Deus precisa da Igreja?* Teologia do povo de Deus. São Paulo: Loyola, 2008, p. 440.

<sup>183</sup> Segundo Lohfink, atualmente se tem levado em consideração a forma de ceia comunitária, chamada de eranos, ser muito comum na antiguidade. No eranos, o anfitrião colocava o lugar à disposição, mas a mesa era composta por aquilo que os convidados contribuíam. Em alguns lugares era comum que todos comessem de tudo. Porém, em outros, o costume é que cada um comesse do que tinha contribuído. Parece que em Corinto esse tinha sido o costume adotado. Assim, ricos se saciavam e os mais pobres permaneciam com fome.

solidariedade com as reais necessidades do mundo. Esta dimensão apontada pelo Concílio se fundamenta numa eclesiologia “ex-cêntrica”, ou seja, “para o mundo” e “reinocêntrica.” Com efeito, as conferências episcopais vão afirmando, sempre a partir das perspectivas conciliares, uma Igreja que quer ser sacramento do Reino no seu contexto. Não se trata apenas de um desejo teórico, ou de um malabarismo conceitual. A sacramentalidade da Igreja deriva de Jesus de Nazaré, Sacramento de Deus. Nele e a partir dele a Igreja poderá estabelecer os critérios de discernimento de sua própria missão. Quanto mais fiel à missão, mais a Igreja expressa sua sacramentalidade.

#### 4.15.

#### **Uma Igreja que se renova pela Missão.**

A missão renova a Igreja, revigora sua fé e identidade. A Igreja descobre-se sempre em movimento, sempre sendo “re-formada”, reinventando-se e inserindo-se nos mais diversos ambientes e culturas. Dessa maneira, o imperativo da inculturação ressalta, ainda mais, a importância fundamental da Igreja local no processo missionário eclesial. Afinal, será apenas através de uma comunidade de fé capaz de incorporar o núcleo do anúncio em sua realidade sócio-cultural que o Evangelho será corporificado. Para isso é necessário que a diversidade seja aceita, evitando-se a tentação da uniformidade e, até mesmo, da imposição de um determinado tipo de cultura. Pois, a partir de uma cultura local, a comunidade de fé pode fazer leituras diferentes, mediante linguagens diferentes, para tornar acessível o núcleo fundamental aos homens e mulheres de sua realidade.

A comunidade de fé é impelida a penetrar em sua realidade e tornar-se sinal do Reino. Tal penetração implica o anúncio do Reino, assim como a denúncia e a transformação daquilo que confronta seus valores. Nesse movimento, a missão desdobra-se, alarga suas perspectivas e traz consigo opções que impedem que a Igreja acomode-se sobre si. É a partir da própria realidade que a comunidade eclesial poderá compreender o sentido de sua missão e o alcance de sua ação. Podemos então assinalar que em uma história marcada pela desigualdade social, o imperativo missionário da comunidade não permite que esta adote uma postura passiva diante da situação que lhe permeia,

pois isso denunciará o abandono da realidade e, portanto, o esquecimento da consciência de sua motivação missionária, além de apontar o afastamento de sua vocação primordial, ser sacramento da salvação.

Neste ponto, a *kênosis* eclesial dilata seu alcance. Já não se trata de penetrar na cultura apenas para utilizá-la na expressividade da fé. Este é o primeiro passo. Contudo, ao vislumbrar o seu contexto, a Igreja depara-se com uma história muitas vezes marcada por situações de dor, angústia e pobreza. E, é importante notar, que em última análise pobreza significa morte. Morte precoce e injusta. Não pretendemos negar que ela seja também uma realidade de ordem econômica e social. Porém, se abordarmos apenas esse níveis corremos o risco de não perceber a raiz do que está em jogo: a vida das pessoas.

Esta realidade não pode ser olhada mediante subterfúgios acalentadores. Diante das desigualdades sociais, o sinal da comunhão de mesa representa um desafio. Com vistas ao abismo intereclesial e intraeclesial entre ricos e pobres a Mesa do Reino apresenta uma comunhão inclusiva. Plasmada a partir dos marginalizados. Estruturada mediante uma opção concreta refletida nos convidados e na postura dos anfitriões.

A Mesa do Reino ensina que reconhecer as tramas sociais implica tomar posição, opor-se a certos grupos humanos, rejeitar determinados fatos, encarar hostilidades. Se a Igreja está convicta de sua sacramentalidade, sabe que não pode permanecer passiva ou indiferente quando os direitos humanos mais elementares são negados. Apenas uma autêntica solidariedade com os pobres e um real protesto contra a pobreza e suas conseqüências, darão um rosto concreto à sacramentalidade da Igreja.

Neste sentido, a atitude de inclusão à Mesa promovida por Jesus e suas conseqüências interpelam a Igreja em um processo que re-signifique a existência eclesial a partir dos insignificantes sociais. Os diversos enfoques da pobreza, já abordados no capítulo anterior, exigem da comunidade de fé respostas e atitudes concretas que possam combater tais situações através da promoção do protagonismo dos pobres. O documento de Aparecida segue Medellín de perto:

Assumindo com nova força essa opção pelos pobres, manifestamos que todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica libertação ‘sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade’. Entendemos, além disso, que a verdadeira promoção humana não pode reduzir-se a aspectos particulares: ‘Deve ser integral, isto é, promover todos os homens e o homem todo’, a partir da vida nova em Cristo que transforma a pessoa de tal maneira que ‘a faz sujeito de seu próprio desenvolvimento’<sup>184</sup>.

#### 4.16.

#### **A sacramentalidade diante da insignificância social.**

Contudo, além da pobreza crescente, atualmente um dos efeitos mais desumanizantes do processo globalizador é encontrarmos grupos marcados pelo signo da exclusão social<sup>185</sup>. Esta realidade não está apenas circunscrita às questões sócio-econômicas. A exclusão abarca vários aspectos: cultura, conhecimento, lazer... A sociedade é construída pautada sobre um grupo de pessoas que podem consumir e estão inseridas no mercado globalizado. Há, porém, um outro grupo, que não consegue entrar neste universo, excluído conscientemente, que constitui a massa de “insignificantes sociais.”

A Igreja, em seu processo de mergulho na realidade, reconhece alguns rostos marcados pela exclusão: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os tóxicos-dependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados/as, os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem terra e os mineiros<sup>186</sup>. Estas definições admitem horizontes mais vastos quando consideramos questões de raça, língua, cultura, cor, gênero, idade, etc. como agravantes da exclusão.

No entanto, se devidamente inserida e ciente de seu papel, a Igreja, Sacramento do Reino, constitui uma instância que, mediante a prática da comunhão-inclusiva, desvela o caráter desumano desta construção social. Esta

---

<sup>184</sup> DAp 399.

<sup>185</sup> Como tratado anteriormente, alguns autores consideram o conceito de expulsão social mais fiel ao que realmente acontece.

<sup>186</sup> DAp 402.

atitude, tão evidente na comensalidade aberta de Jesus de Nazaré, é um dos principais desafios eclesiais no desenvolvimento de seu papel social. Contudo, para que a comunhão seja realmente inclusiva é necessário coragem para a abertura de novos caminhos, desprendendo-se de conceitos e pré-conceitos arraigados pelo tempo<sup>187</sup>.

Para isso, além do desenvolvimento de estruturas que realmente estimulem esta inclusão, é preciso que a decisão tomada desde o Vaticano II de colocar-se a serviço da sociedade seja posta em prática. “É necessária uma atitude permanente que se manifeste em opções e gestos concretos, e evite toda atitude paternalista”<sup>188</sup>.

Assim sendo, uma práxis realmente sacramental não ficaria limitada à inclusão na comunidade eclesial. Seguindo o símbolo da Mesa do Reino, a inclusão eclesial deve estar vinculada à busca pela inserção social. De acordo com a *Evangelii Nuntiandi*:

Entre evangelização e promoção humana, isto é, desenvolvimento e libertação, existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que tem de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas uma pessoa condicionada pelos problemas sociais e econômicos; laços também de ordem teológica, porque nunca se pode dissociar o plano da criação do plano da redenção, que se estende até as situações bem concretas da injustiça a ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços ainda daquela ordem eminentemente evangélica que é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover, pela justiça e pela paz, o verdadeiro e autêntico desenvolvimento do homem?<sup>189</sup>.

Contudo, nem sempre estes dois movimentos podem ser harmonizados, sendo que, pela perspectiva da Mesa do Reino, a inserção social, por seu caráter humanizante da defesa da vida, deve ser prioritário<sup>190</sup>. Convém ressaltar, que dar prioridade à inserção social não pode ser considerada uma redução da atividade da Igreja, ao contrário, nisto consiste o alargamento de sua sacramentalidade. Longe de desvirtuar sua missão, esta solidariedade conduz a Igreja ao encontro da própria identidade como sinal do Reino na história. A identidade eclesial consiste em estar do lado do Deus de Jesus Cristo que a ama a todos, principalmente os últimos, os pobres. Predileção que

---

<sup>187</sup> *Ibid.*, 409.

<sup>188</sup> *Ibid.*, 397

<sup>189</sup> EN 31.

<sup>190</sup> PUEBLA 1152.

é declarada constantemente nos textos bíblicos, mas que recebe cor especial na vida de Jesus de Nazaré.

Entretanto, esta opção pela insignificância, quando pautada na comunhão inclusiva que verificamos na mesa aberta de Jesus de Nazaré, não visa considerar os pobres e excluídos como pessoas passivas à espera de que simplesmente lhes estendam a mão. Eles não são apenas “carências”; fervilham em seu ser muitas possibilidades e riquezas humanas. O pobre é portador de uma cultura própria enriquecida por sua história. Incluí-los consiste na valorização de sua identidade, no reconhecimento de seu potencial e na criação de possibilidade para que possa desenvolvê-lo. A meta não é uma atitude paternalista que desemboca em um sentido de dependência, mas na construção do próprio protagonismo alicerçado em sua dignidade e significância.